

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Major Group SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Relatório do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20 – Inovação e Colaboração para o Futuro que Queremos

Nos dias que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, o Fórum de Sustentabilidade Empresarial reuniu mais de 2.700 participantes - cerca de metade da comunidade empresarial e de investidores, e outra metade da sociedade civil, das universidades, das cidades, do Governo e das Nações Unidas.

O Fórum foi composto por mais de 120 sessões ao longo de seis eixos temáticos alinhados com as principais prioridades da Rio +20: Energia e Clima, Água e Ecossistemas, Agricultura e Alimentação, Economia e Finanças do Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Social, Urbanização e Cidades. As sessões foram organizadas pelo Escritório do Pacto Global da ONU, por mais de 35 parceiros estratégicos das Nações Unidas e mais de 20 redes locais do Pacto Global.

Através do Fórum, o Pacto Global da ONU e seus parceiros tinham como objetivo alcançar os seguintes resultados:

1. Provar que a sustentabilidade empresarial é um elemento essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, e sublinhar a necessidade urgente para a ONU de envolver o setor privado como um parceiro fundamental em prol desse objetivo.
2. Demonstrar que as plataformas baseadas em princípios e parcerias transformadoras estão avançando em questões críticas - incluindo energia sustentável, clima, água, alimentos, empoderamento das mulheres, direitos das

crianças e boa governança - com um enorme potencial para produzir resultados.

3. Destacar que não pode haver desenvolvimento sustentável sem respeito aos direitos humanos, e que, enquanto a responsabilidade primária de garantir a sua promoção e proteção continua com os Governos, as empresas têm uma responsabilidade independente de respeitá-los.

4. Apresentar as principais inovações tecnológicas e sociais, enfatizando que muitas soluções para os desafios da sustentabilidade já existem e podem ser mais amplamente adotadas, desde que tenham o nível adequado de apoio - nomeadamente de governos e investidores.

5. Mostrar que as Redes Locais do Pacto Global são plataformas robustas para a ação empresarial local, com mais de 20 sessões nas redes de hospedagem do Fórum. Das 101 redes locais, um número crescente está emergindo como polos de sustentabilidade, indicando que elas têm capacidade significativa para apoiar e mobilizar a ação coletiva.

6. Demonstrar a influência crítica de outras partes interessadas - incluindo os investidores, as bolsas de valores, as escolas de negócio, as universidades e as cidades de forma geral - em estimular a sustentabilidade corporativa. Sessões realizadas no Fórum de Sustentabilidade Empresarial por esses grupos - por exemplo, os Princípios para o Investimento Responsável e os Princípios de Educação em Gestão Responsável - visam aumentar a escala de seu trabalho.

7. Motivar um número crescente de empresas a se comprometer com os princípios universais da sustentabilidade e a reportar seu desempenho.

8. Mobilizar um grande número de compromissos para a ação em parceria com as empresas e outras partes interessadas. Para garantir que esses compromissos se traduzam em ações impactantes, apenas aqueles que têm metas claras e comprometam-se a reportar progressos anuais publicamente devem ser aceitos. O Pacto Global da ONU foi concebido com esse objetivo e irá continuar a gerir este processo através do qual entidades da ONU, bem como parceiros externos como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, possam canalizar os compromissos através do site business.un.org, a porta de entrada das Parcerias de Negócios da ONU.

9. Servir de inspiração e encorajamento aos governos para a transição para uma economia verde, e tomar medidas para apoiar as práticas responsáveis de negócios globalmente.

O Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20 serviu como campo de lançamento de centenas de novas atividades, recursos e compromissos para a ação por parte das empresas individuais, sociedades múltiplas e parcerias público-privadas, incluindo:

- Cerca de 200 compromissos de ação anunciados pelas empresas durante o Fórum, representando ações individuais e coletivas, nas áreas sociais, económicas e ambientais. Tais compromissos estão documentados no site business.un.org.
- A rede do Pacto Global no Brasil mobilizou um compromisso em grande escala, em que mais de 200 CEOs das empresas brasileiras endossaram as Contribuições de Negócios para a Promoção de uma Economia Verde e Inclusiva, que estabelece 10 compromissos a serem cumpridos até o final de 2012.

- O lançamento de um novo quadro de política corporativa para ajudar as empresas no desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas relacionadas aos ecossistemas e à biodiversidade.
- O lançamento de um quadro empresarial de investimentos sociais, projetado para grandes corporações, investidores institucionais e governos interessados em incubar e ampliar pequenas empresas com missões sociais e ambientais.
- O anúncio feito por 16 empresas e outras partes interessadas do setor de alimentos e agricultura de que possuem o compromisso de liderar o desenvolvimento de princípios empresariais globais e voluntários sobre boas práticas e políticas para a agricultura sustentável. Tal compromisso tem por objetivo desenvolver um entendimento comum e um acordo sobre que recursos e que impactos são necessários para transformar os mercados e sistemas de suprimentos agrícolas.
- O lançamento de um comunicado especial aos governos feito por 45 diretores executivos sobre a importância de alcançar a sustentabilidade global da água - incluindo exemplos de compromissos corporativos, ações e recomendações de políticas públicas necessárias para alcançar este objetivo.
- Mais de 70 empresas, governos e organizações internacionais, aprovaram a Plataforma Industrial Verde, uma iniciativa para integrar considerações ambientais e sociais nas operações das empresas através do uso eficiente de energia e matérias-primas, práticas inovadoras e aplicações de novas tecnologias verdes.
- A introdução de um 'Centro Global de Ação para a Água', primeira plataforma online do mundo onde se unirão empresas, governos, organizações da sociedade civil e outros interessados em projetos de gestão da água e das bacias hidrográficas.
- O lançamento de uma nova plataforma para promover a transparência e a divulgação de questões relativas a igualdade de gênero nas empresas. Tais questões se encontram nos Princípios de Empoderamento das Mulheres

(Weeps), que foram aprovados por mais de 400 dos principais executivos de todo o mundo.

- O lançamento de um guia de melhores práticas das empresas em matéria de energia sustentável e acessível a todos, incluindo ações prioritárias e facilitadoras para o sucesso em 19 setores da indústria.
- O compromisso de cinco bolsas de valores, somando mais de 4.600 empresas, para promover o investimento sustentável - um primeiro passo para um maior apelo global por bolsas de valores que divulguem a sustentabilidade e o desempenho das empresas cotadas.
- Uma chamada de investidores para a integração das questões de sustentabilidade nos relatórios anuais de todas as grandes empresas privadas.
- Os principais executivos de 37 bancos, fundos de investimento e companhias de seguros apresentaram uma Declaração sobre Capital Natural voltada para a integração de considerações de capital natural em seus produtos e serviços.
- O lançamento de uma declaração para as Instituições de Ensino Superior, aprovada por mais de 260 grandes escolas e universidades de todo o mundo com o compromisso de incorporar as questões de sustentabilidade no ensino, na pesquisa, e em sua própria gestão e atividades organizacionais.

Em 18 de Junho, o plenário de encerramento do Fórum reuniu executivos com líderes de governo, sociedade civil e Nações Unidas, além de outros participantes do Fórum - aproximadamente 1.500 pessoas -, para discutir e identificar estratégias para uma nova era de sustentabilidade global. Na sessão, os principais líderes expuseram os resultados do Fórum de quatro dias e identificaram as mais promissoras ações e compromissos empresariais sobre vários temas-chave da sustentabilidade.

Além disso, um dos principais resultados da sessão de encerramento foi um apoio esmagador para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Cerca de 1.000 executivos de empresas indicaram no Fórum seu desejo de trabalhar

com os governos no estabelecimento de objetivos e metas, vendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como uma força motriz para propagar a sustentabilidade.

Foi apresentado ainda um Documento Final ao Secretário-Geral da ONU em 21 de junho de 2012 durante a Rio+20. Esse documento descreve as principais práticas empresariais em áreas-chave da sustentabilidade – e o amplo espectro de ideias apresentadas no Fórum a respeito de inovações, colaborações e recomendações de políticas públicas - bem como um apêndice de cerca de 200 compromissos para a ação anunciada por líderes empresariais.

As ações e os compromissos incluídos exemplificariam o grande esforço em curso feito por milhares de empresas e outras organizações ao redor do mundo que estariam na vanguarda da sustentabilidade. Espera-se que este documento possa formar a base para identificar os caminhos mais promissores para transformar aspectos fundamentais dos mercados que irão contribuir para um mundo mais sustentável e para 'o futuro que queremos'.

Posicionamentos temáticos acordados durante o Fórum de Sustentabilidade Empresarial

1 - Energia e Clima

A mudança climática seria um desafio interligado com a oportunidade de fornecer energia sustentável para todos e os combustíveis fósseis representariam atualmente a maior parte das fontes de energia primária no mundo.

Não obstante, esta fonte de energia seria um recurso finito e possuiria uma procura cada vez maior que não é igualmente distribuída na economia global. Esses combustíveis fósseis por si só também contribuiriam para a maior

parte do aumento anual nas emissões globais de carbono, um dos principais impulsionadores da mudança climática.

Esta dualidade teria culminado no desafio global de mitigar uma mudança climática catastrófica, protegendo as comunidades mais vulneráveis de impactos negativos e proporcionando a elas o acesso equitativo à energia. Nesse sentido, assegurar energia sustentável para todos e combater as alterações climáticas seriam fatores essenciais para alcançar a paz, o desenvolvimento e a segurança, bem como a estabilidade da economia.

O setor privado teria um papel crucial a desempenhar na sustentabilidade. Tanto na redução dos impactos negativos e no fornecimento de soluções relacionadas ao clima e a energia, quanto gerando atraentes retornos financeiros. O setor de negócios estaria singularmente posicionado para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de desenvolvimento relacionados à energia e ao clima. Especialmente nas seguintes áreas:

- Aumentar a eficiência energética das operações e desenvolver produtos que auxiliam outros setores no processo de tornarem-se mais eficientes energeticamente;
- Na promoção de tecnologias renováveis, nomeadamente através da implantação de energia renovável nas operações da própria empresa;
- Reduzindo, e desenvolvendo produtos que permitam aos outros reduzir, as emissões diretas e indiretas de gases do efeito estufa provenientes de processos industriais, da agricultura e dos resíduos;
- Desenvolvendo soluções que ajudem a todos, especialmente os mais vulneráveis, as comunidades e outras partes interessadas na adaptação às mudanças climáticas;
- Investindo no desenvolvimento e implantação de infra-estrutura de energia e serviços de alta tecnologia.

O Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20 teria demonstrado o quanto as empresas já estão envolvidas no processo de fomentar parcerias com governos e sociedade civil, além de alinhar suas estratégias empresariais com três objetivos: dobrar a taxa de eficiência energética, dobrar a quota de energias renováveis em âmbito global, e alcançar o acesso universal a serviços energéticos eficientes e modernos até 2030.

O Fórum também teria demonstrado o quanto é importante que governos estabeleçam metas nacionais, como, por exemplo, a política da China para assegurar que 60 por cento de toda a capacidade adicional de produção de energia será baseada em energias renováveis, ou a meta de carbono neutro definida pela Costa Rica.

2 - Água e Ecossistemas

A escassez de água, a poluição, as mudanças climáticas e outras problemáticas tendências globais representariam os maiores desafios para as empresas agora e no futuro. Estaria cada vez mais claro que a era do acesso fácil do setor de negócios à água está acabando, criando talvez uma ameaça maior para as empresas do que a perda de qualquer outro recurso natural.

Sustentabilidade Corporativa da Água - também conhecida como gestão corporativa da água – teria surgido como uma estratégia de resposta ao risco de escassez da água. Na essência essa seria uma abordagem de gestão holística que engloba o desenvolvimento, a implementação e a divulgação de um amplo leque de políticas e práticas relacionadas à água. A sustentabilidade hídrica verdadeira exigiria que uma empresa olhe para além de seus portões para que possa considerar a sua 'pegada de água' ao longo de toda sua cadeia de valor.

Além disso, práticas emergentes enfatizariam a importância do engajamento responsável nas políticas públicas, bem como na ação coletiva e na colaboração entre todos os setores. Deveriam haver parcerias entre o setor de

negócios, os governos, as agências da ONU, as organizações da sociedade civil, etc.

As práticas de Sustentabilidade Corporativa da Água deveriam enfatizar a necessidade de integrar as políticas da água com outras questões-chave para a sustentabilidade e para o desenvolvimento, como energia, mudanças climáticas, alimentação, agricultura, e direitos humanos.

A sustentabilidade da água estaria intrinsecamente ligada a sustentabilidade dos ecossistemas e da biodiversidade. Cada vez mais as empresas estariam começando a examinar todos os seus impactos - diretos e indiretos - em diferentes ecossistemas e em outros componentes da biodiversidade. Estratégias e recursos estariam sendo alocados para ajudar as empresas no desenvolvimento, implementação, e divulgação de políticas e práticas relacionadas aos Serviços de Biodiversidade e de Ecossistemas (BES).

3 - Agricultura e Alimentos

A agricultura é uma atividade que abrange cerca de 40 por cento da superfície terrestre e fornece alimentação e nutrição para o mundo com 7 bilhões de pessoas. Com o aumento da população mundial e das exigências por terra e recursos hídricos, o desafio seria criar um futuro com "fome zero" - onde cada homem, mulher e criança goze de seu direito à alimentação adequada, onde os sistemas alimentares sejam sustentáveis e resilientes. Um futuro onde sejamos capazes de gerenciar riscos e resistir a choques, e onde uma boa alimentação, especialmente entre o início da gravidez e segundo aniversário de uma criança, seja universal.

As empresas do setor de alimentos e agricultura teriam um papel importante a desempenhar na sustentabilidade relacionada à alimentação, nutrição e agricultura. Elas estariam posicionadas para fazer uma contribuição significativa para o aumento da produção e qualidade dos alimentos, bem como

para garantir o acesso a estes, respeitando e apoiando os direitos humanos, a proteção e a melhoria do meio ambiente e garantindo condições de trabalho e salários decentes que reduzam a pobreza no campo.

Estes novos desafios globais exigiriam que o setor privado estabeleça e implemente práticas agrícolas sustentáveis a nível mundial e que trate cada ator ao longo da cadeia de suprimentos de forma equitativa, de maneira a proteger e melhorar o ambiente, satisfazer as necessidades das futuras gerações, contribuir para uma melhoria na segurança alimentar e no acesso a alimentos, e ajudar na redução da pobreza.

No setor de alimentos e agricultura, as empresas líderes estão abordando os impactos negativos e dimensionando novos esforços. Estão se comprometendo com metas de sustentabilidade ambiciosas e dando exemplos de melhores práticas que as outras empresas possam seguir.

Estas empresas, além de se tornarem líderes em Responsabilidade Social Corporativa, estariam realmente relatando a incorporação de práticas sustentáveis em seus negócios. Isto incluiria 'empurrar' sua rede de fornecedores para as melhores práticas, bem como trabalhar diligentemente com os pequenos agricultores - agricultores e as comunidades onde vivem - para oferecer treinamento, financiamento, e se tornarem compradores justos e coerentes da colheita dos fazendeiros.

Outras empresas que ainda não são líderes em sustentabilidade corporativa, poderiam usar esses exemplos como modelo e inspiração para avançar em seus próprios compromissos e construir um futuro onde todas as empresas estarão fazendo negócios de forma sustentável.

As principais praticantes da agricultura sustentável estariam enfatizando que o progresso significativo só pode ser alcançado pelo setor privado trabalhando junto e em colaboração com os Governos e sociedade civil.

No Fórum de Sustentabilidade Empresarial o Pacto Global da ONU e um grupo de 16 empresas interessadas no setor de alimentos e agricultura se

comprometeram com o desenvolvimento de princípios empresariais globais para boas práticas e com o desenvolvimento de políticas para a agricultura sustentável. Esta iniciativa teria sido destinada a desenvolver um entendimento comum e um acordo sobre quais os recursos e os impactos são necessários para que a comunidade global transforme os mercados e sistemas de suprimentos agrícolas.

4 - Economia e Finanças do Desenvolvimento Sustentável

Enquanto nosso sistema econômico global teria emergido como o sistema mais eficiente para a alocação de recursos econômicos e manteria 'nossas melhores esperanças' para o desenvolvimento econômico estável e uma paz duradoura, ele também daria origem ao aumento da desigualdade social de grandes externalidades ambientais; ele teria contribuído também para o consumo de recursos naturais além da capacidade de suporte do planeta.

Para manter o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, justiça social e ambiental, a infra-estrutura econômica e financeira da economia global deveria ser reorientada com base nos objetivos de sustentabilidade. Modelos de negócios, produtos financeiros e infra-estruturas de mercado deveriam ser adaptados para melhor integrar as externalidades ambientais e as considerações sociais no 'mainstream' das atividades econômicas e financeiras. Ao mesmo tempo, novos modelos de negócios e produtos financeiros deveriam ser desenvolvidos para nos certificarmos de que o capital possa fluir em escala suficiente para investimentos mais sustentáveis.

Custos sociais e ambientais também deveriam estar refletidos nos preços e as informações sobre o desempenho de sustentabilidade deveriam estar disponíveis em todos os níveis das atividades econômicas, permitindo que consumidores, empresas, investidores e governos façam escolhas sustentáveis.

Assim como os governos deveriam negociar um caminho comum em direção a uma economia mais inclusiva e verde, seria importante reconhecer também o papel central dos investidores e instituições financeiras em promover o desenvolvimento sustentável e em construir iniciativas lideradas pelo setor privado. Seria importante também promover inovações nas dimensões econômica e financeira do desenvolvimento sustentável, incluindo o investimento responsável, finanças sustentáveis, bolsas de valores sustentáveis, finanças inclusivas e governança corporativa.

Haveria um consenso crescente de que os Investimentos Responsáveis e as Finanças Sustentáveis representam a contribuição dos investidores para um mundo desenvolvido e sustentável.

Também seria importante considerar as principais recomendações de políticas públicas para alavancar totalmente o potencial de contribuição do sector privado. Políticas públicas e incentivos aos investimentos públicos seriam necessários para criar o impulso para a mudança, quebrar hábitos e enfrentar o descompasso entre o curto prazo e das medidas econômicas e financeiras e as considerações de longo prazo da sustentabilidade.

5 - Desenvolvimento Social

A contribuição que o setor empresarial poderia dar ao desenvolvimento social, através dos esforços em sustentabilidade empresarial, estaria recebendo reconhecimento crescente. Enquanto as ações privadas não forem substituídas eficazmente por ações do governo e por hábeis enquadramentos de políticas públicas, empresas e outros agentes privados teriam um papel fundamental a cumprir: respeitar e apoiar os direitos humanos e as normas de trabalho, rompendo ciclos de violência, prevenindo a corrupção e estimulando o desenvolvimento econômico.

Por meio de suas atividades principais, parcerias e soluções inovadoras, o setor privado poderia ajudar a capacitar os pobres e desfavorecidos, criar mercados inclusivos e trazer novas oportunidades para a base da pirâmide, permitindo o aperfeiçoamento das capacidades humanas e da liberdade.

5.1 - Respeito pelos Direitos e Boa Governança

Governos em todos os níveis teriam o dever de proteger, respeitar e cumprir os direitos humanos. No entanto, todos os atores sociais, incluindo empresas, deveriam cumprir as leis e respeitar os direitos humanos e as normas trabalhistas.

A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos seria um componente chave do primeiro princípio do Pacto Global da ONU e estaria também contida nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em junho de 2011.

Essa responsabilidade exigiria que as empresas tenham políticas e processos adequados para evitar a violação dos direitos humanos e para agir caso a violação ocorra.

Entretanto, a realização de compromissos ou atividades para apoiar e promover os direitos humanos não poderia compensar um desrespeito destes em suas operações. A responsabilidade de respeitar os direitos humanos referir-se-ia, no mínimo, aos direitos internacionalmente reconhecidos e expressos na Carta Internacional dos Direitos Humanos da Organização Internacional do Trabalho, que são as principais normas internacionais sobre o trabalho.

Os elementos fundamentais dos direitos humanos incluiriam a avaliação dos impactos reais e potenciais sobre esses direitos, atuando na descoberta e acompanhando a efetividade das ações da empresa para enfrentar os riscos e impactos – além de comunicar às partes interessadas como os riscos e impactos

são abordados. Ao longo de tais processos, o envolvimento significativo das partes interessadas e potencialmente afetadas seria um elemento chave.

Respeitar os direitos humanos, incluindo os direitos dos trabalhadores, além de ser o que se espera das empresas, seria também parte integrante da sustentabilidade corporativa. Assim como a incapacidade de tratar dos impactos dos direitos humanos nas atividades empresariais poderia, em alguns casos, levar a significativos problemas legais, financeiros e operacionais, além de gerar consequências negativas à reputação das empresas.

As operações do setor empresarial poderiam representar riscos para aos direitos humanos de vários outros grupos, incluindo seus empregados, mulheres, crianças e povos indígenas. As partes interessadas potencialmente afetadas podem incluir as comunidades do entorno da empresa, os trabalhadores de outras empresas em sua cadeia de valor, os usuários de seus produtos ou serviços, outros envolvidos no desenvolvimento dos produtos, etc.

A violência, o conflito político, a insegurança e a fragilidade social seriam alguns dos maiores obstáculos ao desenvolvimento. Áreas de conflito e de alto risco seriam o lar da maioria das pessoas subnutridas e pobres, bem como daqueles com acesso limitado à educação e à água potável e que experimentam a mais alta taxa de mortalidade infantil. Os conflitos e a instabilidade também apresentariam uma série de desafios operacionais para o setor privado – interrompendo a produção e as cadeias de abastecimento, aumentando os custos operacionais e atrasando as atividades. Quando operando em contextos tão complexos, as empresas deveriam, no mínimo, evitar a cumplicidade e se assegurar de não exacerbar a situação de conflito. Ao mesmo tempo, as empresas poderiam desempenhar um papel crítico na construção de confiança, criando empregos e estimulando o crescimento pacífico e sustentável em sociedades que assim necessitam.

Também seria fundamental que as empresas trabalhem contra a corrupção, extorsão e suborno. Juntamente com o desrespeito aos direitos

humanos, a corrupção seria o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social em todo o mundo. Ela teria impactos adversos sobre o desenvolvimento sustentável, com um impacto desproporcional sobre comunidades pobres. A corrupção teria impactos consideráveis ao setor privado, aumentando custos de transação, prejudicando a concorrência leal, distorcendo as prioridades de desenvolvimento, e impedindo os investimentos de longo prazo.

6 - Urbanização e Cidades

Em todo o mundo, as cidades estariam enfrentando crises de resiliência, de sustentabilidade e de adaptação. Muitas metrópoles estariam crescendo desordenadamente e tornando-se intensivas na utilização de recursos e, conseqüentemente, lugares difíceis de se viver. Os problemas iriam desde aqueles associados às mudanças climáticas e ao fornecimento sustentável de água até aqueles relacionados ao aumento da desigualdade econômica. O que agravaria o desafio seria a natureza interligada dessas crises.

Todos os dias, 180.000 pessoas se juntam à população urbana global. Todo ano, o equivalente a duas cidades do tamanho de Tóquio são construídas. Um em cada seis habitantes urbanos agora vive em favelas. Nas décadas seguintes, é estimado pela ONU que quase todo o crescimento da população mundial ocorrerá nas cidades, com grandes conseqüências para o stress de infra-estrutura.

Neste contexto, seria uma prioridade trabalhar no sentido da sustentabilidade urbana, definida como a durabilidade a longo prazo de uma cidade e de suas comunidades - salvaguardando os direitos humanos básicos - e envolvendo a forma como uma cidade lida com a mudança das práticas e significados em todos os domínios sociais: econômico, ecológico, político e cultural.

Quando a sustentabilidade é tratada como apenas uma questão ecológica ou econômica, seria impossível pensar em cidades como um ser sustentável, sem que sejam bons lugares para que todos vivam. Para conseguir um futuro melhor para todos, a sustentabilidade urbana deveria ser considerada e tratada em um sentido integral.

7 - Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a Gestão Responsável da Educação

Sustentabilidade corporativa exigiria uma mudança de mentalidade dos líderes empresariais, dos gestores, do público interno e de outras partes interessadas, tais como investidores, consumidores, cidadãos e Governos. Neste contexto, a Educação para o desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Gestão da Educação Responsável, como retratado nos Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME), seriam elementos fundamentais para as práticas de sustentabilidade corporativa - com o objetivo de integrar os princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e aprendizagem, da pesquisa e da liderança.

- Sustentabilidade empresarial dependeria crucialmente de recursos humanos, tanto dentro como fora das corporações, especialmente da capacidade destes se tornarem futuros geradores de valores sustentáveis para as empresas e para a sociedade em geral. O setor educacional, as instituições - especialmente do ensino superior (IES) -, teria um papel importante no desenvolvimento das capacidades de liderança em sustentabilidade corporativa.
- O discurso da sustentabilidade corporativa, incluindo conceitos como "Base da Pirâmide" e "Criação de Valor Compartilhado", teria sido moldado pela

pesquisa acadêmica e por formadores de opinião, especialmente estudiosos de gestão que têm trabalhado em estreita colaboração com as corporações.

- Práticas em sustentabilidade corporativa teriam criado incentivos para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a Educação Corporativa Responsável ao defender sua causa e financiar o ensino e a pesquisa para o desenvolvimento sustentável, por exemplo.

Assim, a Sustentabilidade Corporativa, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Corporativa Responsável estariam inextrincavelmente ligadas. Isto seria exatamente o que os Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME), uma iniciativa com a missão de liderar e inspirar a Educação Corporativa Responsável, pesquisa e pensamento global, visa apoiar.

REFERÊNCIAS

As informações presentes nesse relatório foram em sua maioria retiradas do documento final do Fórum de Sustentabilidade Empresarial apresentado ao Secretário-Geral da ONU, ainda durante a Rio+20. O documento está disponível em:

http://www.undp.org.tr/publicationsDocuments/RioCorpSustForum_Outcome_21June12.pdf